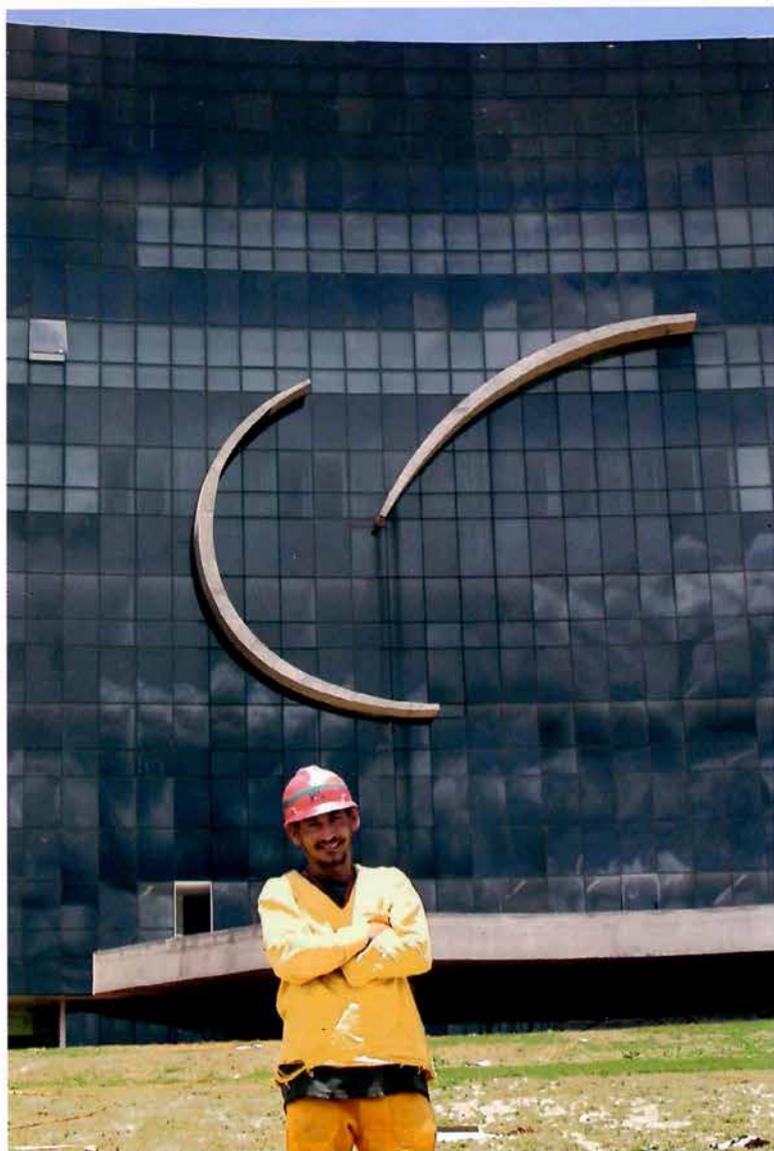


Tribunal Superior do Trabalho



O novo espaço da Justiça Social

TST

Tribunal Superior do Trabalho

2006



Foto: Douglas Haunss

Apresentação

Os desafios e as incertezas econômicas que as nações enfrentam com a globalização tornam mais complexo o papel do Judiciário trabalhista, de atuar como agente de manutenção da paz social. É nesse contexto que a Justiça do Trabalho atua para promover o equilíbrio entre capital e trabalho.

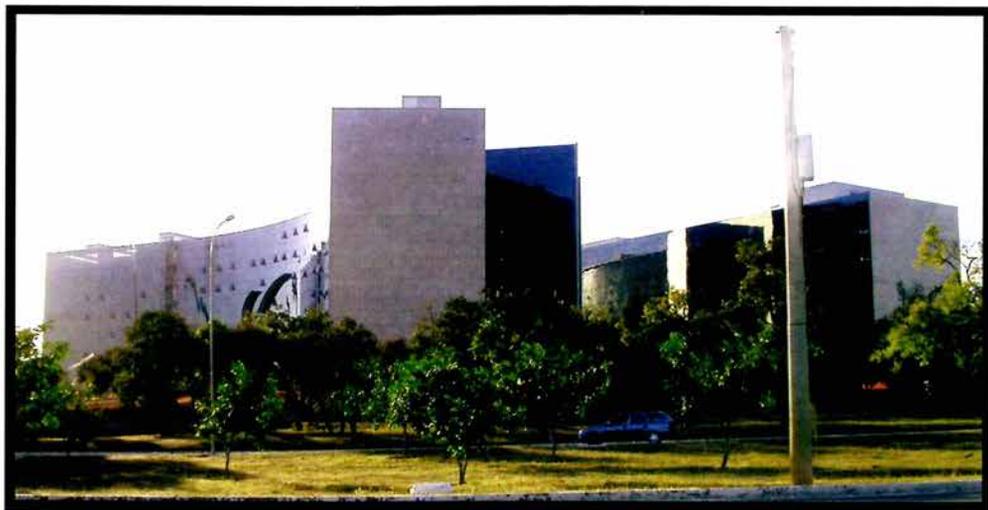
Reflexo das demandas atuais no País, as 1.289 Varas do Trabalho, 24 Tribunais Regionais do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho julgam, por ano, mais de dois milhões de processos.

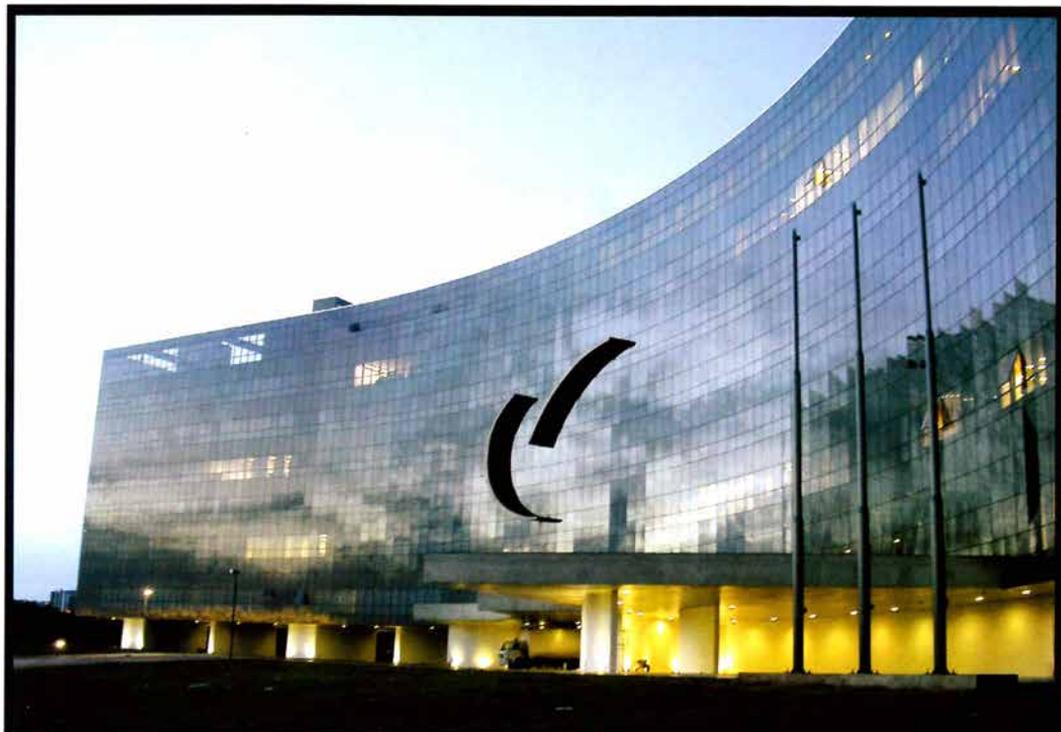
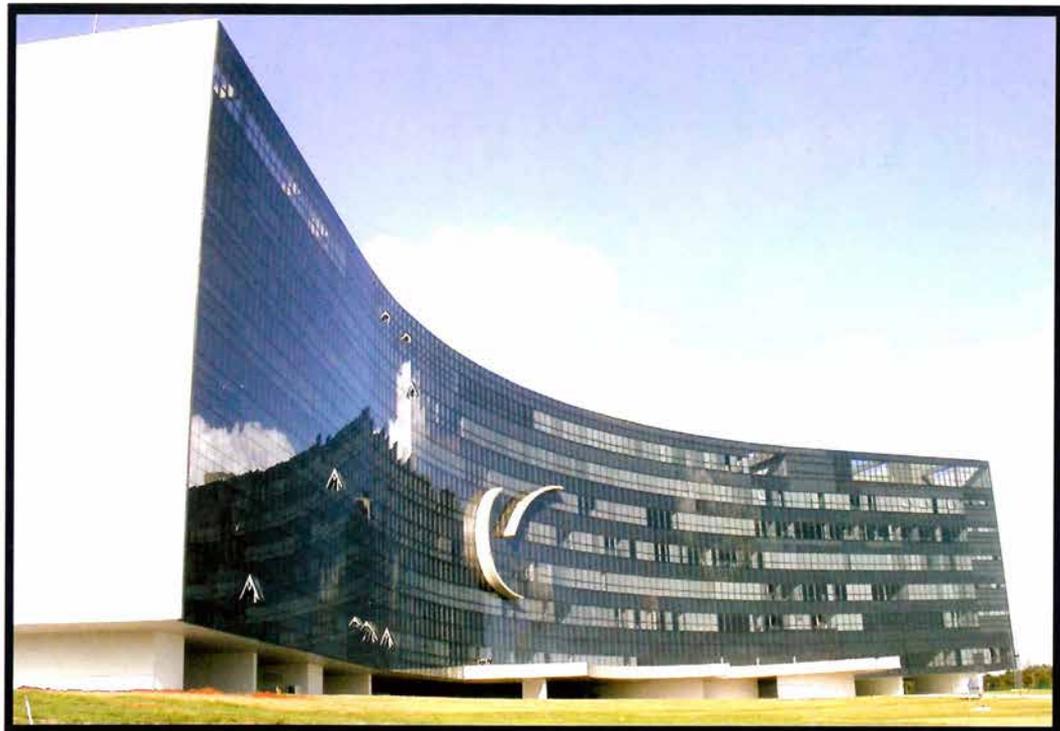
A nova sede do TST, com suas modernas instalações, responde às exigências de um Judiciário trabalhista ágil e eficiente e em condições de prestar melhores serviços à sociedade.

Concebido pelo criador de Brasília, o genial arquiteto Oscar Niemeyer, o prédio congrega beleza arquitetônica com funcionalidade. São espaços bem distribuídos, que devem refletir o ideal de justiça social que se busca alcançar.

Ministro Vantuil Abdala

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
2004/2006







Sumário

Necessidade de mudança.....	8
Passo a passo.....	11
A obra	
-Projeto arquitetônico.....	21
-Disposição física do complexo TST.....	22
-Inovações tecnológicas	24
Quem fez	
-Técnicos.....	26
-Presidentes que participaram da construção.....	29
Transparência	
- Convênio com o Banco do Brasil.....	30
- Auditoria do TCU.....	31
-Tudo à vista, pela Internet.....	32
Investimento.....	33
Composição do Tribunal na inauguração.....	34

Necessidade de mudança

Quando o antigo prédio do Tribunal Superior do Trabalho foi inaugurado em Brasília, em 1971, após sua transferência do Rio de Janeiro para a nova capital, o País tinha pouco mais de 90 milhões de habitantes, e sua população urbana estava se igualando à rural. O TST, composto de 17 ministros, julgava 8 mil processos por ano, enquanto toda a Justiça do Trabalho julgava cerca de 400 mil.

Em 1994 o número de processos recebidos pelo Tribunal já havia dobrado (de 34.408 em 1993 para 65.792, em 1994). Em meados dos anos 90, o TST passou a receber, em média, 100 mil processos ao ano. Nos últimos anos, essa marca tem sido superada. Em 2004, foram autuados 130.712 processos.

De acordo com dados do IBGE, na mesma época – meados dos anos 90 – a população do Brasil passou de 160 milhões de habitantes para 170 milhões em 2000, e projeções estimam a população atual em 184 milhões de habitantes (dados de 2005). Em 2003, a População Economicamente Ativa estava na casa dos 87 milhões e 800 mil pessoas.

Em pouco mais de 30 anos – de 1971 a 2004 –, a população do Brasil dobrou e mudou-se para as cidades*. Já o número de processos recebidos anualmente pelo TST aumentou 16 vezes (de 8 mil para 130 mil**). Na Justiça do Trabalho como um todo, os processos autuados passaram de 400 mil para 2 milhões e 180 mil, no período**.

Para acompanhar tal acréscimo, o quadro de servidores do Tribunal passou de 265 em 1971 para 1.083 em 1985. Em 1995, o número de servidores foi a 1.792; e em 2000, a 1.846. Em 2005, o Tribunal contava com mais de 1.900 servidores. Apesar do citado aumento de 16 vezes no número de processos recebidos, o contingente de funcionários aumentou sete vezes entre 1971 a 2005.

O crescimento do número de processos tornou as instalações do antigo edifício-sede insuficientes, e foram erguidos dois anexos. Mais um edifício foi construído no Setor de Abastecimento e Armazenagem

Norte (SAAN), a 12 quilômetros de distância da sede, e dois prédios tiveram que ser alugados pelo Tribunal. Para o SAAN foram transferidos vários setores da administração, inclusive os de pessoal, recursos humanos e pagamento. Lá também fica guardada a maior parte dos processos, por falta de espaço no edifício-sede.

Recentemente, com a Emenda Constitucional nº 45 (EC 45/04), que instituiu a Reforma do Judiciário, a Justiça do Trabalho teve sua competência ampliada para julgar as ações de relação



de trabalho, e não somente as de relação de emprego. O TST voltou a ter 27 vagas de ministros, número do colegiado até a extinção dos juízes classistas, em 1999. Além disso, a Justiça do Trabalho também passou a contar com um Conselho Superior, para supervisão e controle de seus órgãos, e com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, incumbida do sistema de seleção e formação dos juízes do trabalho. Tais órgãos terão sede junto ao TST.

Em razão de muitas dessas mudanças, a partir de 1993 o TST passou a considerar a necessidade de construir uma nova sede, que atendes se às atuais e futuras demandas dos usuários da Justiça do Trabalho.

* Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.



Passo a passo

1993

Fevereiro – Posse do ministro Orlando Teixeira da Costa na Presidência do Tribunal.

Março – O Tribunal Pleno autoriza o presidente a solicitar ao Governo do Distrito Federal um terreno para construção da nova sede do TST.

Junho – O Órgão Especial autoriza o Tribunal a fazer contato com o arquiteto Oscar Niemeyer para que ele faça o projeto da nova sede.

Setembro – Os ministros Vantuil Abdala, Indalécio Gomes Neto e Manoel Mendes de Freitas são indicados para compor a primeira comissão de acompanhamento e organização das atividades necessárias à edificação da nova sede.

Outubro – A empresa Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda. apresenta proposta de prestação de serviços.

1994

Junho – Lavrada a escritura do contrato de doação sem encargo, pelo qual a Terracap doou à União Federal o Lote nº 01, Quadra 08,



no Setor de Administração Federal Sul (SAF/S), com 57.600 m², para construção da nova sede do TST.

Outubro – Firmado o contrato com o escritório Oscar Niemeyer para desenvolvimento de projetos completos de arquitetura, estrutura e instalações complementares do novo edifício-sede do Tribunal.

1995

Fevereiro – Posse do ministro José Ajuricaba da Costa e Silva na Presidência do TST.

1996

Agosto – Posse do ministro Ermes Pedro Pedrassani na Presidência do TST.

Oscar Niemeyer apresenta o primeiro projeto, com 122 mil metros quadrados de área edificada.

1997

Agosto – O Pleno do TST aprova solicitação para que o escritório de Oscar Niemeyer reformule o projeto, a fim de reduzir o custo da obra. A solicitação é atendida. São suprimidas as partes isoladas destinadas a plenário, auditório e biblioteca, seções, turmas e serviço médico. A área total a ser construída passa de 122.458,65 m² para 95.995,74 m², com as exclusões.

1998

Abril – Começam os serviços de terraplenagem realizadas pela Serveng-Civilsan.

Agosto – Posse do ministro Wagner Antônio Pimenta na Presidência do TST.

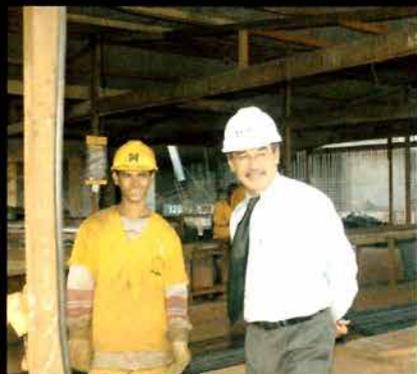
Dezembro – Após concluída licitação da qual participaram 16 empresas, o TST assina o contrato de empreitada com a Construtora OAS Ltda., vencedora da concorrência. Começam as obras de fundação e estrutura.

1999

Julho – Redução do ritmo das obras devido a restrições orçamentárias.

Dezembro - Ocorre a primeira paralisação, por falta de verbas.





2000

Agosto – Posse do ministro Almir Pazzinanotto Pinto na Presidência do TST.

Dezembro – A construção é retomada.

2001

Fevereiro – A construtora sugere nova readequação do projeto, sob alegação de que o projeto original apresentava grande dificuldade técnica de execução.

Maio – Assinado o acordo renovável de cooperação técnica com a equipe de Engenharia e Arquitetura do Banco do Brasil para conclusão do prédio. O BB passa a assessorar o TST no gerenciamento e fiscalização da obra.

2002

Abril – Posse do ministro Francisco Fausto na Presidência do Tribunal.

Maio – O TST renova contrato de assessoramento técnico com o Banco do Brasil.

Junho – O Tribunal rescinde o contrato de execução das fundações e estrutura com a Construtora OAS. O escritório do arquiteto Oscar Niemeyer é recontratado para revisão do projeto.

Outubro – Nova licitação pública para contratação da construtora que concluirá as obras.

Dezembro – Com uma proposta no valor de R\$ 147 milhões e o tempo para conclusão das obras fixado em três anos, a Construtora OAS Ltda. vence a concorrência. O contrato é assinado.

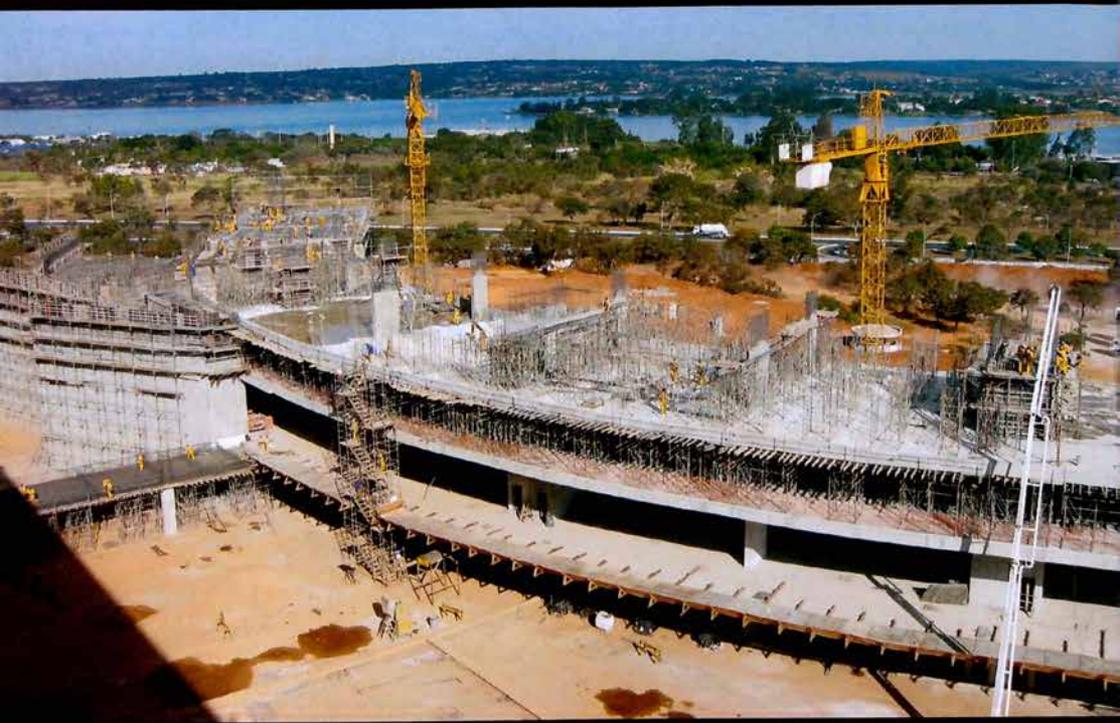
2003

Janeiro – A construção é retomada com os ajustes no projeto.

Maio – Os procedimentos adotados pelo TST em relação à construção de sua nova sede foram aprovados por unanimidade pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com base em auditoria realizada por seus técnicos. A constatação da regularidade nas decisões do TST, que resultou numa economia de R\$ 718.001,87 para os cofres públicos,







levou o TCU a determinar o arquivamento da fiscalização. Assinado o terceiro termo aditivo de prorrogação o acordo de cooperação técnica entre o Banco do Brasil e o TST.

2004

Abril – Posse do Ministro Vantuil Abdala na Presidência do Tribunal.

Dezembro – Congresso Nacional aprova suplementação orçamentária de R\$ 55 milhões para conclusão da obra.

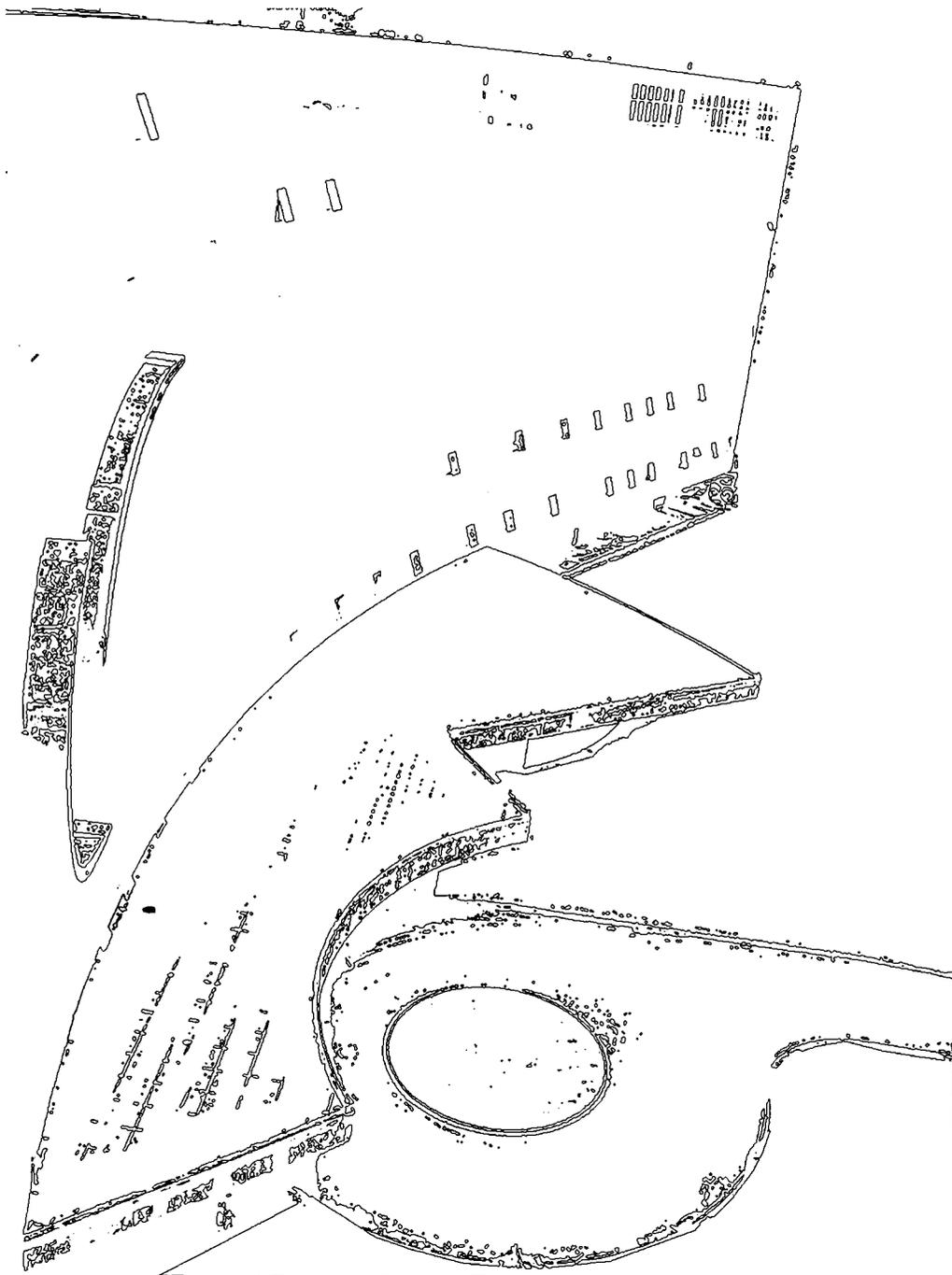
2005

Fevereiro – Pleno do TST aprova criação da Comissão Temporária de Trabalho que irá auxiliar a Presidência do Tribunal nos assuntos referentes à nova sede. Os ministros Ronaldo Lopes Leal, vice-presidente, Ives Gandra Martins Filho e Maria Cristina Peduzzi formam a comissão. Em maio o ministro Renato de Lacerda Paiva substitui a ministra Maria Cristina Peduzzi na Comissão.

2006

Fevereiro – Inaugurada a nova sede.





A obra

Projeto arquitetônico

Concebido pelo criador de Brasília e um dos maiores gênios da arquitetura da história, Oscar Niemeyer, o projeto do complexo TST foi pensado de forma a aliar beleza e funcionalidade, com amplos espaços que possam acomodar as necessidades presentes e futuras da mais alta instância da Justiça do Trabalho.

“Quando uma forma cria beleza tem na beleza sua própria justificativa.”

“A monumentalidade nunca me atemoriza quando um tema mais forte a justifica. Afinal, o que ficou da arquitetura foram as obras monumentais, as que marcam o tempo e a evolução da técnica. As que, justas ou não sob o ponto de vista social, ainda nos comovem. É a beleza a se impor na sensibilidade do homem.”

Oscar Niemeyer

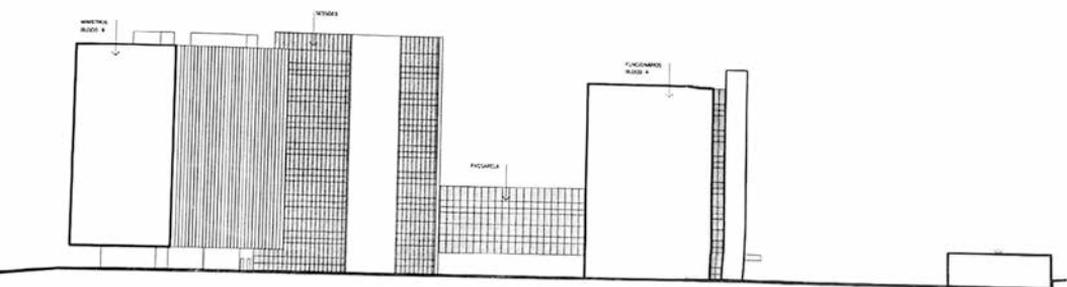
Disposição física do complexo TST

Localizado no Setor de Administração Federal Sul (SAF/S), o terreno onde está o TST tem 57.600 m². Os três blocos que compõem o complexo do Tribunal somam 95.995,04 m² de área construída.

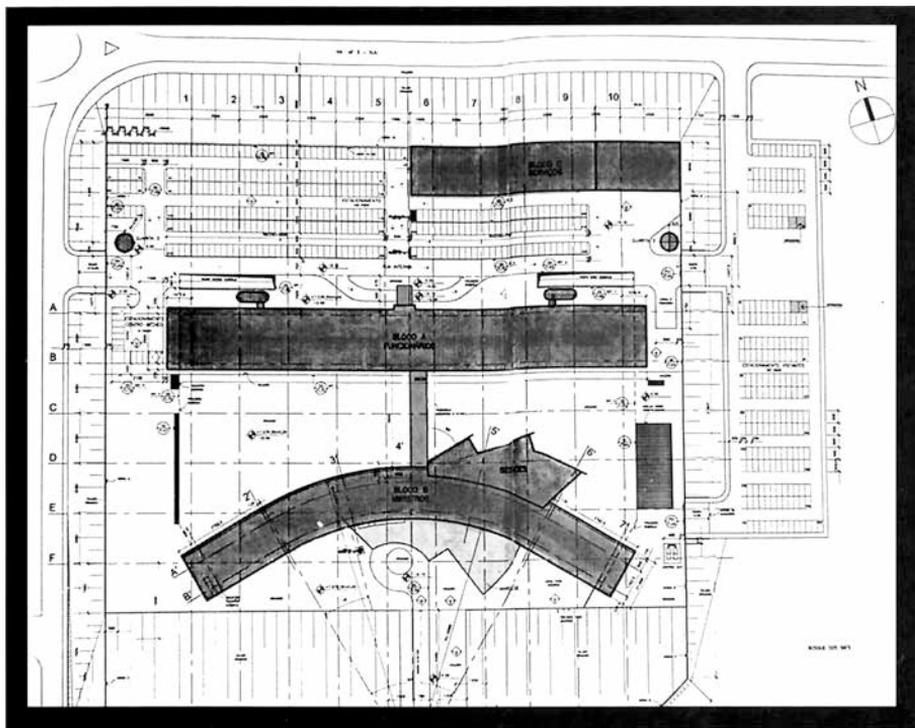
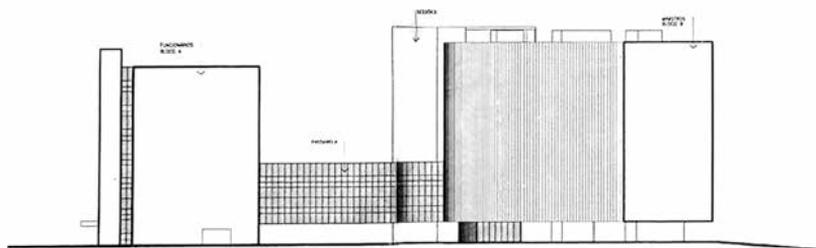
O prédio dos ministros (bloco B) reúne todas as atividades de que participam os magistrados. O edifício tem seis pavimentos, além do térreo e do mezanino, e abriga os gabinetes dos 27 ministros, incluindo a Presidência e a Vice-presidência, a Corregedoria e a Ouvidoria.

No sexto e último andar ficam o salão nobre, a sala de estar dos ministros e salas de sessões para 27 magistrados. No quinto, a Presidência e todo seu serviço de apoio, a Vice-Presidência, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e a sala de sessões para 17 ministros. Do primeiro ao quarto andar ficam as oito salas de sessões das Turmas, um auditório e gabinetes de 24 ministros. No mezanino, a biblioteca e salas dos conselheiros do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, sala de sessões do Conselho, Sala de Audiências e Sala dos Advogados. No térreo, a marquise, na entrada do bloco, abrigará solenidades, e o grande Plenário, com capacidade para 500 pessoas, será utilizado em eventos como posses, congressos e seminários.

O prédio dos servidores (bloco A) é composto de térreo, mezanino e cinco andares, e abriga todos os serviços da área judiciária e administrativa do Tribunal. Para facilitar o acesso das partes e advogados, os serviços de protocolo, autuação e distribuição estão localizados no térreo do bloco, assim como os serviços médico e odontológico. No mesmo edifício estão a Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, secretarias das Turmas, e ainda a Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa e as unidades ligadas a ela. A futura Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e a Secretaria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, terão sua sede no quinto andar.



FACHADA 3 - LATERAL DERECHA



Os dois blocos principais são conectados por uma passarela suspensa, que faz a ligação pelo mezanino e pelo primeiro andar de cada um dos prédios. Um terceiro edifício térreo (bloco C), atrás do prédio dos servidores, servirá para guarda de processos e oficinas.

No subsolo do complexo, com cerca de 21 mil metros quadrados, ficam os serviços de transporte e segurança, supervisão predial e manutenção. Encontram-se também as centrais de controle das instalações elétrica, hidráulica, de ar condicionado e telefonia dos prédios, e uma garagem coberta com capacidade para cerca de 500 veículos. Na superfície do terreno do Tribunal existem mais cerca de 340 vagas de estacionamento. O complexo do Tribunal tem três vias de acesso – uma principal e duas laterais.

Inovações tecnológicas

Economia de recursos na manutenção, funcionalidade, segurança e um ambiente que favoreça a produtividade, foram os objetivos do





projeto. Um sistema de computador para supervisão e controle predial gerencia, programa e opera, 24 horas por dia, todas as instalações de ar condicionado, iluminação, elevadores, aparelhos de detecção de incêndio e controle de acesso do prédio. Ele promove a economia de energia elétrica, de mão-de-obra (cerca de 90 pessoas o operam, contra as 200 que seriam necessárias para fazê-lo mecanicamente) e de tempo, dada a facilidade de manutenção e gerenciamento.

Para dar suporte a essa tecnologia, o prédio do TST conta com eficiente infra-estrutura, atendendo às redes elétrica, de voz e dados, e um *backbone* (cabeamento central, principal) em fibra ótica, que garante maior velocidade e segurança na transmissão e processamento de voz e dados. Quatro salas de telecomunicações por andar distribuirão os dados pelos cabos estruturados nos dois prédios principais.

O sistema de ar-condicionado vai maximizar a economia de energia elétrica. Ele é dotado de sensores que detectam variações de temperatura, e fazem o sistema adaptar-se a elas. O prédio ainda tem geradores de emergência com potência total de 2.250 KVA, capazes de atender a todos os setores-chave do Tribunal.

Tais investimentos trazem ótima relação de custo/benefício para a instituição e para o País.



Quem fez

Técnicos

Desde o início dos trabalhos para a construção da nova sede, em 1993, sete presidentes do Tribunal, ministros e servidores de diversos setores do TST, arquitetos renomados como Oscar Niemeyer e Carlos Magalhães, engenheiros, arquitetos, técnicos e operários da Construtora OAS estiveram envolvidos no projeto.

Também passaram pelo canteiro de obras engenheiros e arquitetos do Banco do Brasil, que fizeram o gerenciamento e fiscalização da obra, em decorrência do convênio firmado entre o Banco e o Tribunal.

De acordo com a construtora, nos momentos de maior atividade mais de 1 mil trabalhadores estiveram na obra. Para atendê-los, foi montada uma estrutura composta de refeitório, vestiários, atendimento de saúde e até salas de aula, que permitiram a alfabetização de dezenas de operários, no projeto Escola de Produtividade da empreiteira OAS.







Presidentes do TST que participaram da construção da nova sede do Tribunal

- 03/02/1993 a 1º/02/1995 – Orlando Teixeira da Costa
1º/02/1995 a 31/05/1996 – José Ajuricaba da Costa e Silva
1º/06/1996 a 1º/08/1998 – Ermes Pedro Pedrassani
03/08/1998 a 31/07/2000 – Wagner Antônio Pimenta
1º/08/2000 a 11/03/2002 – Almir Pazzianotto Pinto
12/03/2002 a 12/04/2004 – Francisco Fausto
13/04/2004 – Vantuil Abdala



Transparência

Convênio com o Banco do Brasil

Para garantir o máximo de correção na aplicação dos recursos, o TST assinou, em maio de 2001, um acordo de cooperação técnica com o Banco do Brasil. Por meio de sua equipe de engenharia e arquitetura, ligada à Gerência de Patrimônio, Arquitetura e Engenharia, o BB passou a prestar assessoria ao Tribunal no gerenciamento e fiscalização da obra. O Banco presta esse serviço desde 1996, quando começou a assessorar o ReforSus – programa de construção e reforma de hospitais do SUS, do Ministério da Saúde. Desde então, já atendeu ao Supremo Tribunal Federal e outros órgãos do Judiciário.

De acordo com o contrato com o TST, coube ao Banco do Brasil:

- Atuar em conjunto com o TST nos assuntos relacionados à elaboração e revisão de orçamentos, conferência de planilhas de quantitativos e custos, renegociação de preços ou reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados, com a emissão de pareceres técnicos, bem como nos trabalhos de fiscalização.
- Elaborar, em conjunto com o TST, plano de trabalho especificando as etapas dos serviços desenvolvidos mensalmente;
- Analisar e propor, em conjunto com o TST, modificações necessárias nos serviços executados diferentemente do previsto nos projetos e especificações;
- Comunicar ao TST qualquer alteração nas normas do Banco que pudessem implicar mudança em sua sistemática de assistência.





Auditoria do TCU

Em maio de 2003, o Tribunal de Contas da União julgou corretos os procedimentos adotados pelo Tribunal Superior do Trabalho em relação à construção de sua nova sede. A decisão unânime do Plenário do TCU foi tomada com base em levantamento de auditoria realizado por seus técnicos. A constatação da regularidade nas decisões do TST sobre a obra, que resultou numa economia superior a R\$ 700 mil aos cofres públicos, levou os ministros do Tribunal de Contas a determinar o arquivamento da fiscalização. Em seu voto, o ministro Adylson Motta, relator no TCU, escreveu:

“Por fim, necessário deixar consignado o extremo zelo demonstrado pelos senhores presidentes do Tribunal Superior do Trabalho, ministros Francisco Fausto e Almir Pazzianotto, que acompanharam *pari passu* todos os procedimentos relativos à obra, procurando manter esta Corte de Contas (TCU) permanentemente informada daqueles procedimentos, sempre buscando as melhores soluções para a Casa que presidiam, mas sem se absterem de preservar, sem tergiversações, o dinheiro público”.

Tudo à vista, pela Internet

Outra medida para garantir a transparência do processo de finalização da obra da nova sede foi a divulgação mensal, na parte relativa a Contas Públicas no *site* do TST (www.tst.gov.br), de informações detalhadas a respeito das obras, incluindo pagamentos, porcentagens de serviços efetuados, editais, contratos e eventuais aditivos. Os demonstrativos de custos mensais remontam a janeiro de 2001.



Investimento

O projeto da nova sede do TST foi contratado pelo Tribunal ao Escritório de Arquitetura e Urbanismo do Arquiteto Oscar Niemeyer, e realizado pela Construtora OAS Ltda., com a consultoria técnica do Banco do Brasil, para gerenciamento e fiscalização da obra. O empreendimento abrange três prédios, num total de 95.995,74 m². A construção foi dividida em três etapas: terraplenagem, a cargo da Serveng-Civilsan; fundações e estruturas, a cargo da Construtora OAS Ltda., e retomada e conclusão, a cargo da mesma construtora.

Os valores despendidos até o fechamento desta publicação foram assim aplicados:

1-Projetos, consultorias e outros _____	R\$	7.304.293,80
2-Terraplanagem (Serveng-Civilsan) _____	R\$	264.489,23
3-Fundações e estruturas (Construtora OAS) _____	R\$	24.278.600,45
4-Retomada e conclusão (Construtora OAS) _____	R\$	171.052.178,36
Total até novembro de 2005 _____	R\$	202.899.561,84



Composição do TST na inauguração

(por ordem de antigüidade)

Vantuil Abdala – Presidente

Ronaldo José Lopes Leal – Vice-Presidente

Rider Nogueira de Brito – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

José Luciano de Castilho Pereira

Milton de Moura França

João Oreste Dalazen

Gelson de Azevedo

Carlos Alberto Reis de Paula

Antônio José de Barros Levenhagen

Ives Gandra da Silva Martins Filho

João Batista Brito Pereira

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

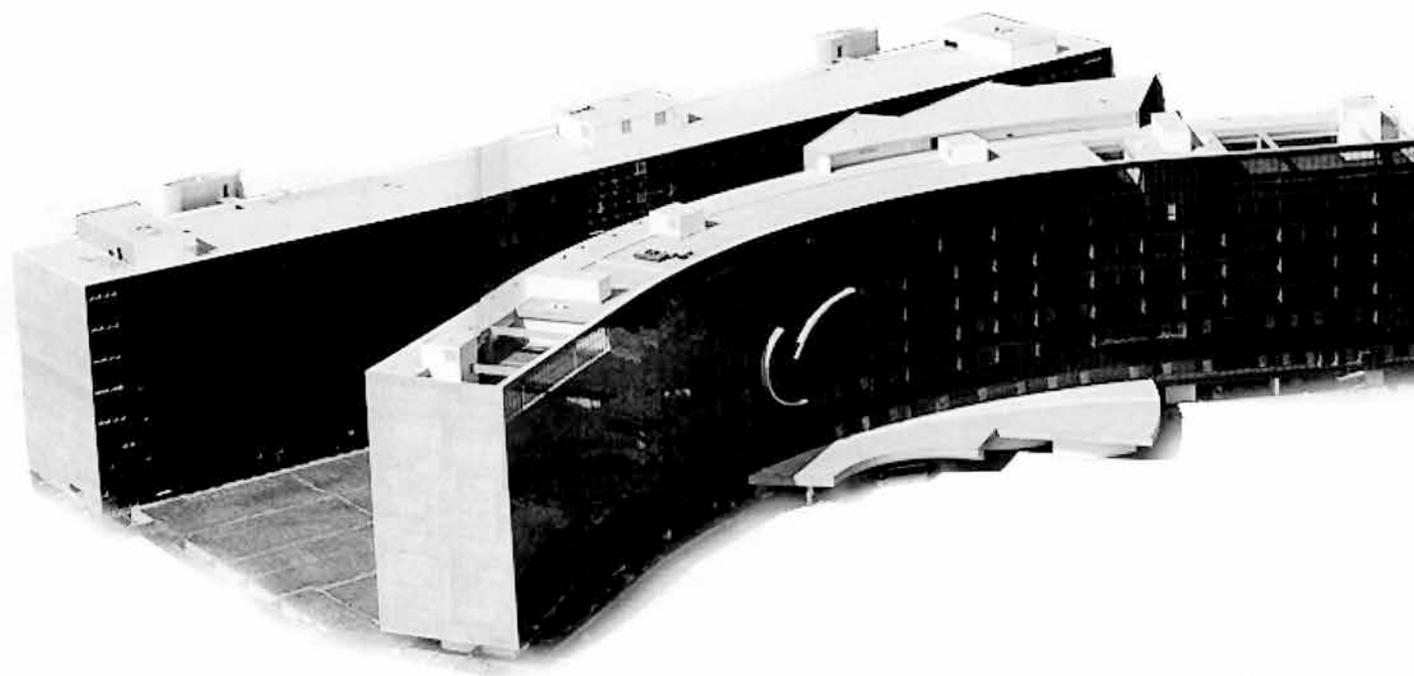
José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes

Renato de Lacerda Paiva

Emmanoel Pereira

Lelio Bentes Corrêa

Aloysio Corrêa da Veiga



Expediente:

Tribunal Superior do Trabalho – TST

Presidente – Ministro Vantuil Abdala

Vice-Presidente – Ministro Ronaldo José Lopes Leal

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho – Ministro Rider Nogueira de Brito

Diretor-Geral de Coordenação Judiciária – Valério Augusto Freitas do Carmo

Diretor-Geral de Coordenação Administrativa – Gustavo Caribé de Carvalho

Secretária-Geral da Presidência – Beatriz Zanella

Assessoria de Comunicação Social – Míriam Moura





Projeto Gráfico:

Editora: Marta Crisóstomo

Redação: Marta Crisóstomo

Revisão: Miriam Moura, Carmem Feijó

Fotografias: Marta Crisóstomo, Ribamar Teixeira, Geraldo de Genaro, Francisco Silva, Marcelo Pontes

Fotografia aérea: Douglas Haunss

Arte: Marta Crisóstomo

Coordenação geral: Assessoria de Comunicação Social



Foto: Douglas Haunss

